



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PARECER JURÍDICO

PROCESSO N°.....: ALUGUEL 15-2017

INTERESSADO.....: Fundo Municipal de Saúde

ASSUNTO.....: LOCAÇÃO DE 01(UM)IMÓVEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

EMENTA.....: Constitucional. Administrativo. Licitação. Contratação Direta.

Vem ao exame desta Consultoria Jurídica, o presente processo administrativo, que trata de contratação do fornecedor SILVANIA APARECIDA COELHO visando atender as necessidades da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme o constante na Solicitação de Despesa anexa aos autos.

Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa para execução do objeto deste processo administrativo, na modalidade de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Consta Despacho do setor competente, o qual informa quanto à previsão de despesa na programação orçamentária Exercício 2017 Atividade 3033.103050012.2.074 Manutenção da Vigilância Epidemiológica, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física.

Examinando o referido processo, foram tecidas as considerações que se seguem.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação

RUA PEDRO SOARES DE OLIVEIRA S/N



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



poder  deixar de ser realizada, autorizando a Administra o P blica a celebrar, de forma discricion ria, contrata es diretas sem a concretiza o de certame licitatrio.

A dispensa de licita o   uma dessas modalidades de contrata o direta. O art. 24, da Lei n . 8.666/93 elenca os poss veis casos de dispensa.

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser poss vel a contrata o direta por dispensa de licita o no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada   a mais vantajosa para a administra o.

N o   demais lembrar a necessidade de comunica o da dispensa   autoridade superior no prazo de 03 (tr s) dias, para ratifica o e publica o na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condi o para efic cia dos atos, assim como a raz o da escolha do fornecedor e a justificativa do pre o.

Como em qualquer contrata o direta, o pre o ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequa o restar comprovada nos autos, eis que a validade da contrata o depende da razoabilidade do pre o a ser desembolsado pela Administra o P blica.

Uma vez adotadas as provid ncias assinaladas e se abstendo, obviamente, da aprecia o dos aspectos inerentes   conveni ncia e oportunidade, opina-se pela realiza o da contrata o direta.

  o parecer, sub censura.

GOIAN SIA DO PAR , 04 DE JANEIRO DE 2017.

Assessoria Jur dica

Andr  Sim o Machado
Procurador Geral Municipal
Decreto n  0012/2017-GP-PMGP